

SEMEANDO SOBERANIA ALIMENTAR: AGROECOLOGIA E ABASTECIMENTO POPULAR NAS EXPERIÊNCIAS DO MPA NA BAHIA

Nathan Pereira Dourado[1]
Francielly da Fonseca Costa[2]
Saiane Moreira dos Santos[3]
Guiomar Inez Germani [4]
Larissa Silva Santana [5]

Palavras-chave: Campesinato; Políticas Públicas, Transição Agroecológica

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) desempenha um papel fundamental na organização do campesinato no Brasil e, mais especificamente, na Bahia, mobilizando-os na luta pela reforma agrária, pela soberania alimentar e pela construção do poder popular. Com uma trajetória marcada por lutas e resistências, o MPA constrói um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo — em contraponto ao agronegócio — , fundamentado na agroecologia, na soberania alimentar e na valorização dos saberes tradicionais e da

[1] Geógrafo, Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA, professor do curso de Licenciatura em Geografia na UNEB- Campus XI.
[2] Economista, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Economia da UFBA.
[3] Camponesa, Assentada de Reforma Agrária, Licenciada em Educação do Campo (UFRB), membro da Direção Estadual do MPA-BA.
[4] Professora aposentada e vinculada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA.
[5] Geógrafa, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA.

identidade camponesa (Silva et al., 2022; Fagundes; Amaro; Silva, 2022; Silva, 2023). Presente em 19 estados brasileiros e, na Bahia, em 64 municípios, o MPA atua em territórios que envolvem comunidades camponesas, quilombolas, fundos e fechos de pasto, assentados e acampados.

Entre os dias 3 e 5 de setembro de 2024, na cidade de Salvador, Bahia, foi realizado o I Seminário Estadual de Agroecologia e Abastecimento Popular do MPA-BA, reunindo lideranças do movimento, representantes do poder público, parceiros estratégicos e pesquisadores, com o objetivo de fortalecer estratégias de soberania alimentar e organização camponesa. Este resumo apresenta os principais resultados da sistematização do evento e da pesquisa-ação participativa desenvolvida em parceria com o grupo GeografAR (UFBA), com foco no levantamento de saberes e práticas agroecológicas e no mapeamento das experiências e ações coletivas do MPA na Bahia.

METODOLOGIA

O estudo possui uma abordagem qualitativa, centrada na pesquisa-ação participativa (Brandão, 1987; Peruzzo, 2017), mapeamento participativo (Souto, 2021) e sistematização de experiências (Holliday, 2006; Chavez-Tafur, 2007). A pesquisa foi realizada em estreita colaboração com o MPA-BA, atendendo a uma demanda do movimento pela sistematização de suas práticas e experiências. O questionário utilizado foi inspirado no "método de Banes" (Sosa et al., 2012), e teve como objetivo traçar um panorama dos saberes, práticas, potencialidades e desafios na produção agroecológica. A sistematização seguiu a concepção metodológica de Chavez-Tafur (2007), entendendo a experiência como elemento dinâmico, histórico e coletivo. Deste modo, a pesquisa contribuiu para a construção de uma metodologia que o GeografAR denomina de "Geografia Pés no chão".

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A territorialização da agroecologia é entendida como um processo político e socioespacial de afirmação de modos de vida camponeses e resistência ao avanço do capital no campo. A agroecologia, nesse contexto, transcende a dimensão técnica e se configura como um projeto político de transformação dos sistemas alimentares e de construção de um outro modelo de desenvolvimento para os povos do campo, das águas e das florestas (Silva et al., 2022; Fagundes; Amaro; Silva, 2022). O MPA, ao propor o Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular, reivindica políticas públicas que superem a lógica do

agronegócio e promovam a autonomia camponesa, a valorização dos saberes tradicionais e a justiça social. O estudo dialoga também com autores como Brandão (1987) e Peruzzo (2017), que apontam a importância da participação ativa dos sujeitos nos processos de pesquisa e transformação social.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

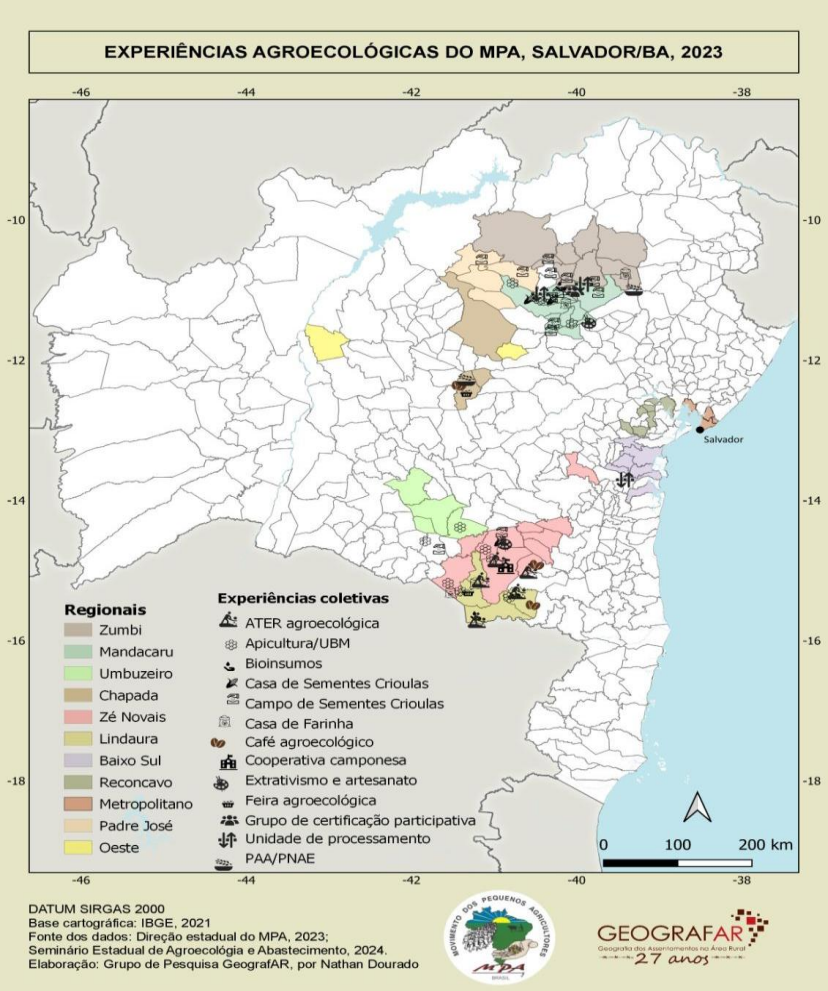
Durante o seminário, foram discutidas as políticas públicas federais e estaduais voltadas para agricultura camponesa e agroecologia. O evento contou com representantes da Secretária de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Casa Civil, Poder Legislativo e movimentos sociais. As principais críticas apontaram a desarticulação entre os editais de apoio à agricultura familiar e as reais necessidades dos camponeses, além da hegemonia de políticas voltadas à integração subordinada ao mercado capitalista. Constata-se que o Programa Camponês do MPA não é considerado pelos gestores públicos, e o MPA precisa fazer manobras para se encaixar na política dos editais.

O MPA aponta para os limites da perspectiva do capitalismo agrário e da política centrada na concepção de agricultura familiar (Abramovay, 2012), materializada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que entende que "não há questão agrária, e muito menos existe perspectiva fora do capitalismo" (Silva et al., 2022, p. 32). Essa perspectiva é predominante nas políticas de Estado, resultando na subordinação do camponês ao capital e na crença de integração ao mercado e domesticação ao capital como sua única saída. Em suma, a captura do Pronaf pelo sistema financeiro, a especialização produtiva e diminuição da produção de alimentos, e a reprodução do modelo agroquímico são elementos do esgotamento dessa concepção política, que se articulam entre si em desfavor da agricultura camponesa e da soberania alimentar (Silva et al., 2022).

O levantamento realizado entre os participantes, identificou um total de 55 experiências coletivas agroecológicas distribuídas em diferentes municípios, evidenciando a diversidade, a abrangência (Figura 1) e a organização dos camponeses e camponesas do MPA na construção de sistemas produtivos alternativos de base agroecológica. Destacam-se os Campos de Multiplicação de Sementes Crioulas (14) e as experiências em Apicultura e Unidades de Beneficiamento de Mel (10), que representam as iniciativas mais numerosas,

seguidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Agroecológica (5) e pelas Casas de Farinha (4). Outras experiências, como as Casas de Sementes (3), Unidades de Processamento/Agroindústrias (3), Unidade de Produção de Bioinsumos (3), Cafeicultura Agroecológica (3), Feiras Agroecológicas (3) e Comercialização por meio do PAA/PNAE (3), Grupo de Certificação Participativa (1) e a Cooperativa Camponesa (1) também se mostraram relevantes.

Figura 1 - Mapa das experiências agroecológicas do MPA, Salvador/BA, 2024



Fonte: Os autores, 2024.

Os dados do questionário evidenciaram que a maioria dos respondentes se identifica como camponeses(as), possui áreas de até 25 hectares e renda anual inferior a R$ 15 mil. Todos se identificam como produtores agroecológicos, sendo o MPA uma referência central no processo de transição agroecológica. As principais técnicas adotadas envolvem adubação

com esterco, rotação de culturas, uso de sementes crioulas e práticas coletivas. maior fragilidade está relacionada ao acesso a políticas e benfeitorias (45%).

As experiências demonstram a diversidade da produção (milho, feijão, aipim, hortaliças, banana, café, cacau entre outros), com predominância do autoconsumo e comercialização local. A venda direta é preferida, embora ainda haja presença de atravessadores. A certificação participativa ainda é incipiente, o que limita o acesso a mercados diferenciados. No entanto, os dados indicam um potencial significativo para a ampliação e consolidação das experiências, desde que haja investimentos e apoio técnico contínuo.

As dificuldades citadas na produção agroecológica foram: o acesso a “bioinsumos e biofertilizantes”, “falta do coletivo”, “mão-de-obra”, “falta ATER”, “adaptação”, “complexidade”, “falta terra”, “pragas”, “crédito”, “água”, “demora do processo de transição”, “falta de reconhecimento”. As soluções propostas para a massificação e territorialização da agroecologia foram: “atentar para a qualidade de vida, preservação da vida”, “aumentar a visibilidade”, “políticas públicas específicas”, “mostrar o retorno financeiro”, “incentivos, fomentos”, “organização”, “teia de produção”, “formação, educação agroecológica”, “assistência técnica”, “acesso a informação”, investimentos em espaços”, “movimentos sociais do campo” e, “trabalho de base”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências sistematizadas revelam a força organizativa do MPA na Bahia e sua centralidade na construção de um projeto popular de desenvolvimento alternativo ao modelo dominante. A territorialização da agroecologia, como proposta política e prática produtiva, encontra nos territórios camponeses férteis caminhos para a produção de alimentos saudáveis, construção de um desenvolvimento territorial camponês e popular, e enfrentamento das múltiplas crises atuais. No entanto, para que a agroecologia se consolide como política de Estado, é necessário ampliar o acesso a crédito, assistência técnica e políticas públicas integradas que valorizam o modo de vida camponês. O seminário reafirmou o compromisso coletivo com a construção de um sistema alimentar justo e sustentável, ancorado na soberania dos povos do campo e na valorização dos saberes tradicionais. Por fim, a representação e análise da realidade, por meio do mapeamento e sistematização de experiências, possibilitou a espacialização de “pontos luminosos de territórios de esperança” no mapa da Bahia (Germani, 2010).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão** - 3ed. São Paulo: Edusp, 2012.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, H.M. As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. In: CALDART, R.S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHAVEZ-TAFUR, J. **Aprender com a prática:** uma metodologia para sistematização de experiências. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2007.

FAGUNDES, M.S.; AMARO, A.; SILVA, L.S. Semeando soberania, partilhando sabres e formando consciências: MPA, soberania alimentar e Agroecologia. In: BRITO et al.. (Orgs.). Educação do Campo e Agroecologia: resistências e luta pelo fortalecimento dos saberes e fazeres. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana, UEFS Editora, p. 269-304, 2010.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

PERUZZO, C. M. K. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação**. Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 23, n. 3, p. 161-190, Universidad de Colima, México, 2017.

SOSA, M. B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A,; ROSSET, P. M. **Revolução agroecológica:** o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SOUTO, R. D. Mapeamento e participação. In: SOUTO, R. D; MENEZES, P. M. L.; FERNANDES, M. C. (Orgs.). **Mapeamento participativo e cartografia social**: aspectos conceituais e trajetória de pesquisa. Rio de Janeiro, 2021

SILVA, L.S. **QUEM ALIMENTA O BRASIL, EXIGE RESPEITO!** - Resistências a partir do campesinato e da produção de alimentos frente ao controle e movimentações do capital no campo na Região Nordeste. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

SILVA, M.L.T. et al. (Org.). **Plano Camponês Popular por Soberania Alimentar e Poder Popular**. São Paulo: Lavrapalavra, 2022.